

Haddad: Dívida interna este ano vai crescer 171%

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, disse ao GLOBO que a dívida pública interna até o final do ano, deverá atingir Cr\$ 2,3 trilhões (nove por cento do Produto Interno Bruto), o que representará um crescimento de 171 por cento sobre a posição da dívida em dezembro de 1980 (Cr\$ 848,3 bilhões).

De acordo com Haddad, para evitar a emissão maciça de dinheiro, e portanto, mais inflação, as autoridades monetárias, devido ao montante elevado dos gastos do Governo, bem superior ao das receitas, não têm outra saída além de colocar Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional no mercado aberto ou criar mais tributos sobre a população.

— Não deveríamos colocar tal quantidade de papel no mercado, mas não há outro jeito. O problema todo decorre da falta de controle sobre os gastos federais. Esta situação, no entanto, não poderá perdurar no ano que vem, porque o gás da dívida pública está acabando — disse ele.

Para Haddad, em 1982, “ou o volume de gastos diminui, o que poderia ser feito através de cortes dos subsídios, ou não haverá mais o que equilibre a economia brasileira”.

NUMEROS ENORMES

Haddad disse que quem administra diretamente o orçamento monetário do País é o Banco Central, e para demonstrar como as dificuldades são imensas, citou dados referentes aos fatores de expansão e contração da base monetária (dinheiro emitido pelo Governo) no período de janeiro à julho de 1981.

— Os gastos do orçamento chegam a Cr\$ 731 bilhões e as receitas a Cr\$ 594,8 bilhões. As necessidades de emissão adicional de moeda — a base monetária — foram portanto, no período de Cr\$ 137 bilhões.

Os números são enormes, qualquer elevação do volume de gastos atinge a base monetária de forma acentuada. Um crescimento de cinco por cento nos gastos (mais Cr\$ 36,7 bilhões) representa mais de 25 por cento da base (Cr\$ 32,5 bilhões).

O diretor da Dívida Pública considera que não há dificuldades quanto ao giro da dívida, “o que sempre pode ser feito, colocando mais títulos no mercado para arcar com os resgates”.

Também não acha muito assustador que a dívida chegue ao nível de nove por cento do PIB, porque o percentual máximo de dívida em relação ao PIB foi de 10 por cento, em 1978.

Apontou, no entanto, como fator negativo, o fato de que o Governo esteja ampliando sua participação na poupança financeira, em detrimento dos haveres financeiros do setor privado (letras de câmbio e certificados de depósitos bancários, por exemplo, respectivamente títulos das financeiras e dos bancos).

Em junho, a posição de ORTNs e LTNs chegou a Cr\$ 1,6 bibilhão, o que representa 24,7 por cento do total de haveres não monetários do País — Cr\$ 5,1 trilhões. Esta participação só é ultrapassada pelos depósitos de poupança — Cr\$ 1,8 trilhão, ou seja, 27 por cento do total.

Para Haddad, o mais preocupante é a questão de que no ano que vem provavelmente o mercado financeiro não terá condições de absorver uma colocação líquida de títulos que seja superior a Cr\$ 100 bilhões.

O open market não poderá, como está ocorrendo este ano, ser o instrumento principal do Governo para retirar dinheiro da economia, neutralizando a emissão de moeda inflacionária. Será preciso encontrar novas formas para solucionar o problema, ou então a inflação brasileira “explodirá”.

O OPEN E AS TAXAS DE JUROS

Esta semana, o Banco Central teve duas atitudes que deixou o mercado financeiro perplexo: elevou a taxa da Letra do Tesouro Nacional em 100 pontos, segunda-feira, e ofereceu 75 milhões de ORTNs com prazo decorrido aos corretores dealers, na quinta-feira. A interpretação dos dirigentes de corretoras e distribuidoras foi a de que o BC estava forçando a elevação das taxas de juros internas, devido aos problemas que o País vem enfrentando na captação de recursos externos, via resolução 63.

O diretor da Dívida Pública assegurou, no entanto, que as duas medidas não tiveram como objetivo principal a manutenção dos juros internos em patamares elevados, mas foram adotadas por razões de mercado.

— Nenhuma medida no open faria com que a taxa de juros interna alcançasse a taxa de juros externa, porque a diferença entre a taxa de captação dos bancos e a de aplicação está muito elevada, e o aumento das taxas das LTNs atinge diretamente.

Segundo Haddad, enquanto as condições de liquidez no open estavam boas, era possível permitir que as taxas de desconto das Letras do Tesouro Nacional se mantivessem nos níveis de cinco por cento ao mês. Com a pressão inesperada na liquidez, decorrente da dificuldade de os bancos encontrarem tomador para os recursos externos captados através da 63 e da estocagem dos dólares no BC, o Banco foi obrigado a elevar a taxa de desconto da LTN, para impedir uma defasagem muito grande entre a remuneração do título e a taxa de financiamento.

— Poderíamos manter a taxa de financiamento baixa, injetando dinheiro no mercado. Mas isto neutralizaria o volume de dinheiro que enxugáramos com a colocação de títulos, porque a injeção de recursos teria que ser praticamente paralela, disse ainda Haddad.

Com a elevação da taxa de Letra do Tesouro, os corretores que tinham grandes posições em carteira de LTNs sofreram prejuízos, e culparam o Banco Central, dizendo que os havia induzido a comprar muitas LTNs, enquanto a taxa do pa-

pel estava relativamente baixa.

Haddad comentou que não induziu ninguém a comprar LTN, mas que os “Dealers (corretores que atuam pelo Banco Central no mercado) para seguir os critérios de perfor-

Banco Central: Ninguém foi induzido a comprar LTNs

mance do BC, resolveram voluntariamente carregar muito as carteiras.

— Hoje — disse Haddad — temos 24 dealers, e no início deste ano avisamos ao mercado que haveria uma rotatividade no credenciamento, para

dar oportunidade a todos os corretores.

Entre os critérios de seleção do Banco Central está o de que o dealer deve comprar muitos títulos federais no leilão, para manter a posição. Segundo Haddad, foi por isso que os corretores adquiriram muitos pa-

péis no leilão, mesmo tendo que arcar com prejuízos, porque algumas vezes a taxa de rendimento do título era inferior ao custo de financiamento.

— Eles estavam pagando pedágio para ser dealers, o que é bom para o Tesouro.

Haddad disse, no entanto, que continuará a empregar este sistema de seleção e a renovar os dealers, pois acha que o BC não deve escolher seus representantes no mercado “apenas porque fulano é amigo de sicrano, mas sim pela performance”.